



## AS PLATAFORMAS ON-LINE DE ENSINO USADAS NO MODELO NOVO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ

MERIELLE CAMILO; MARCOS CESAR DANHONI NEVES; BELMIRO MARCOS BELONI

### RESUMO

Com a implantação do modelo do Novo Ensino Médio no Paraná, os professores se viram diante do desafio de continuar o uso das tecnologias implantadas no ensino remoto do período pandêmico e se ajustarem a uma nova forma de ensinar, com plataformas digitais que se tornaram gradualmente obrigatórias e monitoram o trabalho docente. Por sua vez tem se tornado ineficaz pela maneira que é apresentado e aplicado, sendo uma forma distorcida das teorias behavioristas na educação.

**Palavras-chave:** Behaviorismo, Plataformas de ensino, Novo Ensino Médio

### 1 INTRODUÇÃO

O Novo Ensino médio está regulamentado pela Lei Federal nº 13.415 de 16 de fevereiro de .2017, que alterou a lei anterior nº 2208/1997, e surgiu de várias propostas que surgiram muito antes, em 2003 houve seminário em Brasília chamado “Ciência, Cultura e Trabalho” em que as primeiras ideias a respeito do deste modelo foram traçadas, sendo base do Projeto de lei nº 6.840/2013, elaborado pelos deputados federais Reginaldo Lopes (PT-MG) e Wilson Filho (PMDB-PB) com o intuito de alterar a legislação vigente desde 1998. Este projeto de lei nunca chegou a ser votado em plenária, e em 2016 foi promulgada a Medida Provisória 746 que deu origem à reforma.

A Lei 13.415, decorrente de uma medida provisória (MP 746/2016), foi objeto de crítica já a partir dessa origem autoritária, a qual provocou inúmeras ocupações de escolas públicas do país por parte dos alunos nelas matriculados, dirigidas tanto à forma quanto ao conteúdo da política educacional proposta (FERRETTI, 2018, p.25).

Em 2022 foi implantado o modelo do Novo Ensino Médio nas escolas do Paraná, em um formato que contemplava três itinerários formativos: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Naturais e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Educação Profissional. Na maioria dos colégios, porém, em que o ensino profissionalizante não existe, os alunos foram restringidos a apenas dois itinerários. Isso significa que no Paraná os alunos têm menos opções do que prevê a LDB no seu artigo 35-A, no qual existem 4 itinerários formativos: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A lei também dispõe sobre o Ensino em Tempo Integral, em que há a recomendação de até 2024 cerca de 50% das escolas públicas do país adotarem o modelo, o que não ocorreu, o fez com que está se tornasse uma proposta do Governo Federal do Presidente Lula lançada este ano de 2024 para as escolas públicas do país. No Paraná esse modelo de escola em tempo

integral vem sendo implantado, sem o entusiasmo da militarização proposta pelo governo anterior de Bolsonaro, e tem sido desastrosa uma vez que a evasão dos alunos dessas escolas, principalmente estudantes do ensino médio, tem sido altíssima e preocupante, uma vez que

ignora-se, também, que o afastamento de muitos jovens da escola e particularmente do Ensino Médio pode decorrer da necessidade de contribuir para a renda familiar, além de, premidos pelos constantes apelos da mídia e, por extensão, de integrantes dos grupos a que pertencem, buscarem recursos para satisfazer necessidades próprias à sua idade e convivência social. Em estudo para a Unicef, Volpi (2014) evidencia que os adolescentes por ele pesquisados apontaram como causas do abandono escolar, além das questões curriculares, a violência familiar, a gravidez na adolescência, a ausência de diálogo entre docentes, discentes e gestores e a violência na escola (FERRETTI, 2018, p.27).

No Estado do Paraná a implantação desse novo modelo de Ensino Médio se deu a partir de 2022, com a supressão de vários conteúdos, redução de carga horária de disciplinas e com a intensificação de um programa de aperfeiçoamento docente chamado 'Formadores em Ação', o qual reforça o uso dos planejamentos, slides e atividades propostas pela mantenedora (SEED) através do Educatron, engessando a atividade docente. Na distribuição de aulas de 2023 já começou-se a usar o critério de cursos realizados pelos professores para classificação de escolha das aulas.

" Apesar de chamarem de "sugestão", os profissionais de ensino, incluindo tanto professor quanto pedagogo e diretor, se vêem pressionados a utilizarem a ferramenta. Uma das atribuições do Educatron é formular o planejamento de aula que deve ser dada, além de ser disponibilizado slides feitos pela própria SEED. Mais ainda, caso o professor decida trazer conteúdo fora do programa, é preciso justificar o porquê" (OYAMA, 2023, p.5).

Os livros didáticos foram substituídos pelos slides da mantenedora, e por livros físicos que mesclam as disciplinas pertencentes a um itinerário, sendo muito difícil para o docente a sua utilização, e surgiram alguns específicos para novas disciplinas como Empreendedorismo, Educação Financeira e Projeto de Vida, estas duas últimas presente em todos os anos do Ensino Médio. Outras disciplinas, chamadas agora de componentes curriculares, não possuem livros para uso dos professores, apenas o material fornecido pela mantenedora, sendo elas Pensamento Computacional e as específicas dos Itinerários Formativos, como Ética e Liderança, Biotecnologia, Geopolítica, entre outras, todas engessadas em um recorte que a mantenedora fez dentro do conhecimento através de atividades pré estabelecidas chamadas de Trilhas de Aprendizagem.

"A Plataformização do ensino realizada pelo Governo do Paraná determina os planejamentos didáticos dos professores, o que deve ser trabalhado em aula, quando deve ser trabalhado, além de não haver diálogo com as instâncias locais de educação" (OYAMA, 2023, p. 10)

Disciplinas como Sociologia e Filosofia não tiveram reposição de livros didáticos, sendo que os professores e escolas por conta própria não descartaram os livros do ciclo de 2020 e continuam usando-os até o momento. Isso depõe contra as regras contidas na LDB quanto ao livro didático que deve ser ofertado aos estudantes em todas as disciplinas.

As principais mudanças na configuração do saber no novo formato de Ensino Médio estão contempladas no Artigo 35-A da LDB (Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), existe a obrigatoriedade dos estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia, porém estas foram suprimidas, estando presentes

apenas no primeiro ano, na formação comum dos estudantes. Antes dessa reforma estas disciplinas estavam presentes nos três anos do Ensino Médio. O ensino da língua portuguesa e da matemática é obrigatório nos três anos do ensino médio, e está também assegurada às comunidades indígenas a utilização das respectivas línguas maternas.

Os currículos do Ensino Médio, a partir desta reforma, consideram a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto, projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, por isso surgem disciplinas como Projeto de Vida, Pensamento Computacional e Educação Financeira, presentes em todos os três anos.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Ter como objeto de estudo algo mutável ou em constante reformulação não é tarefa fácil e implica uma dose de ousadia para tal. Quando esse objeto faz parte de um universo complexo, pois pretende sair de determinismos e angariar possibilidades para o ensino, representando o instrumento que atenta para o caráter interativo que mediatiza a análise do referencial teórico. A definição dos sujeitos da pesquisa deve obedecer a temporalidade da evolução dos dispositivos legais que desaguam no funcionamento dos currículos de Ciências Naturais envolvidos diretamente na pesquisa, bem como nos caminhos da reconfiguração da oferta da Educação Básica seja pela implantação do Novo Ensino Médio.

A análise documental, segundo Lüdke e André (1986) pode ser considerada uma técnica valiosa de abordagem dos dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos do tema ou problema. Conforme Laville e Dionne (1999, p. 214), o princípio da análise de conteúdo “consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”. Outra função da análise de conteúdo e que cabe nesta pesquisa é, conforme Minayo (2001, p. 74), “a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está comunicado”.

Assim, utilizando essa técnica procura-se entender os significados por trás dos discursos e assim torna-se elementar, deter-se na análise dos documentos produzidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Educação (SEED, APP sindicato, e das legislações que amparam ou desencadeiam a precarização e a desarticulação do Ensino em seus aspectos **epistemológicos**.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades realizadas hoje de forma virtual através do *Google Forms*, *Plataformas Quizzes* e *Matific* seguem a lógica do Condicionamento Operante, em que logo que o aluno termina de responder e após enviar o formulário pode acessar um Feedback de seu desempenho, podendo verificar seus acertos e erros, pode ser considerada uma deturpada versão da máquina de ensinar de Skinner. Este mecanismo colocado em prática no Paraná altera a ideia de Skinner em que o professor teria um mecanismo de verificação do conhecimento dos alunos de forma mais ágil, e faz com que o seu trabalho fique limitado em um simples observador e controlador de questionários a fim de mensurar a atividade do aluno em notas, uma vez que não é ele que elabora as questões e muito menos faz a verificação da aprendizagem, tudo é feito pelo sistema.

“Dessa forma a escola é considerada e aceita como uma agência educacional que deverá adotar forma peculiar de controle, de acordo com os comportamentos que pretende instalar e manter, fato este que acaba por reforçar ainda mais os efeitos de tais consequências, onde o papel da educação está intimamente ligado à transmissão cultural, nessa visão o papel da escola vem a transmitir conhecimentos, assim como comportamentos éticos, práticas sociais, habilidades

consideradas básicas para a manipulação e controle do mundo / ambiente.” (MIZUKAMI, 1986)

Nas instituições militares (Exército/ Marinha / Aeronáutica) a repetição sistemática de exercícios, sejam eles físicos como intelectuais, aos moldes do Condicionamento Operante de Skinner, é utilizado há muito tempo, de forma inapropriada, e no período da ditadura Militar brasileira a tortura, as punições e o terror psicológico era usado como estímulo para condicionar as pessoas a não questionarem o sistema, não argumentarem dando luz a ideias que divergiam das leis antidemocráticas que existiam.

O sistema educacional conteudista prezava nas avaliações verificar a memória dos alunos e não se preocupavam com o entendimento, com a crítica ou a discussão dos assuntos trabalhados. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou “fichadores” das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber (FREIRE, 1987, p. 33)

A educação era, como Paulo Freire explica, bancária e não emancipadora. Esse modelo ressuscita nos colégios do Paraná, em que os alunos são condicionados, treinados, a responder dentro de um espectro aceitável dentro da ideologia que propõe como aceitável.

“Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue” (FREIRE, 2018, p. 109).

A implantação do modelo de escolas militarizadas no Paraná inspira atenção e preocupação, seu modelo está baseado em controle do corpo e mente de seus alunos, não estando preocupados em criar condições emancipadoras e libertadoras de educação, mas um adestramento baseado em condicionamentos behavioristas de estímulo-resposta, premiação e punição.

Extremamente preocupante é também quando vemos todo o ensino do Paraná aderir a essa dinâmica, com a obrigatoriedade à partir de 2022 de plataformas de matemática chamadas de *Matific*, com uma cobrança da sua utilização, e para disciplina de português da *Redação Paraná*, na qual o professor não tem autonomia sobre os temas das redações, e os alunos deixam de ter a atividade manual do uso do lápis e caneta, para serem digitadores. Sabemos que em concursos os estudantes terão que fazer sua redação manuscrita, e a falta de treino afetará a coordenação motora fina das mãos, e conseqüentemente afetará a caligrafia. Fora isso o sistema não avalia a criticidade das redações, apenas aspecto de concordâncias e ortografia, e por causa do grande volume de redações por docente, fica impossível fazer uma correção paralela para avaliar a criatividade ou ideias que violam os direitos humanos nas redações. O professor se tornou um operador do sistema.

Em 2023 as plataformas foram ampliadas, surgiu mais uma para português, chamada "*Leia Paraná*", onde obras selecionadas pela mantenedora são ofertadas aos estudantes para fazerem resenhas. Estes livros já selecionados não podem ser alterados pelos professores, e vários que são exigidos nos concursos vestibulares não se encontram na plataforma. O grande

problema é que a ampliação da carga horária de matemática e português acaba sendo ocupada por essas plataformas em laboratórios de informática, muitas vezes sem estrutura adequada para o atendimento dos alunos.

Neste mesmo período as outras disciplinas da base curricular comum tiveram a obrigatoriedade do uso do Quizzes, que é uma evolução da ideia aplicada inicialmente com o *Google Forms*, sendo um jogo com perguntas e respostas de múltipla escolha, com temporizador e chances para pontuar. Obrigatoriamente os docentes lançam semanalmente um jogo de *Quizzes* no *Classroom*, e precisam atribuir ao final do trimestre de 10 a 30 pontos da nota final correspondente ao desempenho dos alunos nesse aplicativo. Os alunos podem fazer essa atividade em casa, com consulta à internet, livros, cadernos e, principalmente, às respostas dos colegas que já tiveram *feedback* do sistema, sabendo a sequência das alternativas que devem marcar para obter a nota.

Dessa forma a ideia inicial proposta por Skinner é destruída, pois diferente de uma avaliação presencial, em sala de aula, com supervisão do professor e com acesso limitado à outros materiais de consulta, esse modelo possui uma falha enorme que permite o estudante burlar o instrumento avaliativo e mesmo sem saber nada obter a nota integral. Portanto, não se está medindo nada além de um acesso dos alunos ao questionário, seus acertos não podem ser considerados um resultado da aprendizagem uma vez que diversas formas de burlar o sistema e conquistar a nota estão presentes.

A correção é automática no sistema do *Classroom*, cabendo ao professor lançar os *Quizzes* da plataforma para os alunos, e copiar os resultados para o RCO. Percebe-se uma redução do papel e relevância do professor no processo de ensino-aprendizagem, a sua anulação como protagonista no papel de educador, tornando-se um administrador de plataformas, e cumpridor de prazos e planos de aula pré estabelecidos por outros.

#### 4 CONCLUSÃO

A construção de conhecimento e a interação entre os entes do processo educativo não deve restringir-se ao benefício apenas individual ou desenvolver-se sob a lógica instrumental. E, sim, sob uma abordagem construtivista em rede que leve os sujeitos a intervirem no mundo contra tudo que destrói e oprime, pois só aos interesses dominantes serve uma prática educativa neutra (FREIRE, 2001). Uma formação humana, solidária, que fundamente a dimensão política e as relações de poder das ações do cotidiano.

Os sistemas e plataformas online quando usados de forma indiscriminada podem ser prejudiciais ao ensino, sendo uma forma enganosa de se avaliar a aprendizagem, portanto nesse trabalho apresentamos as falhas que vem acontecendo na educação do Paraná com a expectativa que em breve haja mudanças.

#### REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA, UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC (COORDENADORES). **Indicadores da Qualidade na Educação**. São Paulo: [s.n.], v. 4o edição ampliada, 2013.

ADORNO T.W; HORKEIMER M., **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos (Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente). – 1947, disponível em: DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO Theodor W. Adorno & Max Horkheimer AMORIM, M. F. **A importância do ensino à distância na educação profissional**. Brasília: Revista Aprendizagem em EAD, Ano 2012.

ANGELO, Carise Martins. **NEGACIONISMO CIENTÍFICO E PROPAGAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS LIGADAS A CIÊNCIAS: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO**

**NA ESCOLA.** Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 255–268, 2023. DOI: 10.12957/redoc.2023.65040. Disponível em: **NEGACIONISMO CIENTÍFICO E PROPAGAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS LIGADAS A CIÊNCIAS: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO NA ESCOLA** Acesso em: 18 dez. 2023

ANDRADE, A. C. **Educação a distância: uma breve história.** Revista Interação Ano 1, n 1, p. 8, 2007.

APP SINDICATO, **Orientações sobre o trabalho das escolas a partir de 15/03, 13/03/2021,** Curitiba, 2021, disponível em: <https://appsindicato.org.br/orientacoes-sobre-o-trabalho-das-escolas-a-partir-de-15-03/>

APP SINDICATO, **Decreto revoga programa nacional das escolas cívico-militares e Ministério Público reconhece irregularidades no PR,** Curitiba 2023, disponível em: Decreto revoga programa nacional das escolas cívico-militares e Ministério Público reconhece irregularidades no PR APP-Sindicato

APP SINDICATO, **Ministério Público instaura notícia de fato após petição da APP contra militarização de escolas,** Curitiba 2023, disponível em: Ministério Público instaura notícia de fato após petição da APP contra militarização de escolas

ARENDDT H. **Homens em tempos sombrios.** São Paulo: Companhia de Bolso; 2008.

ARENDDT, Hannah. **Crises da República.** Tradução de José Volkmann. São Paulo: editora Perspectiva, 2017.

ARENDDT H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** São Paulo: Companhia das Letras; 1999.

ARENDDT H. **A vida do espírito.** Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira; 2009.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência.** Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

ARENDDT H. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.** Tradução Roberto Raposo. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 832 p..

AGENCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, **Paraná terá 215 colégios cívico-militares, maior programa do Brasil.** Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=109364&tit=Parana-tera-215-colegios-civico-militares-maior-programa-do-Brasil> Acesso em 15 fev 2021